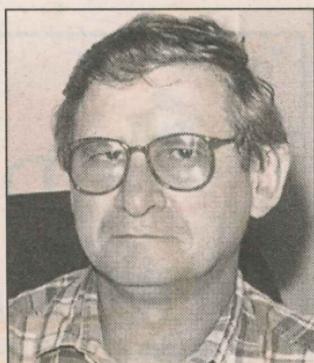


P.21

Economista
capixaba
comunitário

Em busca do desenvolvimento equilibrado



Orlando Caliman

Nos últimos 30 anos a economia capixaba apresentou desempenho invejável; cresceu mais que a economia nacional. No período que vai de 1970 a 2002 a taxa média de variação PIB – riqueza total produzida ano a ano –, em termos reais, ou seja, retirado o efeito da inflação, foi de 6,17%, contra 4,07% da economia brasileira.

Essa performance teve como grande ponto, e também de inflexão de trajetória, a década de 70, com a instalação dos Grandes Projetos. E foi nessa década que o Espírito Santo confirmou definitivamente sua inserção nas economias nacional e internacional.

Também foi a década de maior crescimento: média de 11,8% ao ano. Nessa mesma década o Brasil cresceu 8,7% ao ano.

Mesmo nas décadas de 80 e 90, apesar da perda de dinamismo tanto da economia brasileira, quanto da economia capixaba, o diferencial positivo das taxas de crescimento foi mantido.

Dois fenômenos importantes e conexos entre si ocorreram nesse período: o primeiro relativo à característica concentradora do crescimento, e o segundo, decorrente do primeiro, um acelerado processo de urbanização e concentração populacional na metrópole.

As regiões que concentram as atividades e investimentos propulsores do crescimento econômico são normalmente aquelas que também experimentam um maior avanço em outras dimensões do desenvolvimento, como a social e a cultural, tornando-se, em última instância, regiões com maior poder de atração de contingentes populacionais.

Em síntese, no Espírito Santo, crescimento da Metrópole e esvaziamento do interior fizeram e ainda fazem parte desse processo, de uma mesma lógica de crescimento.

Atualmente, cerca de 63% do PIB estadual está concentrado na RMGV. Considerando-se a Macrorregião Metropolitana esse percentual chega a 80%.

Isso significa que em um pequeno espaço do território capixaba, cuja extensão vai de Anchieta até Aracruz, estão concentradas as atividades mais dinâmicas da economia estadual, principalmente aquelas ligadas aos grandes empreendimentos industriais e ao desenvolvimento do comércio exterior, uma das principais vocações do Estado.

Esse quadro de concentração

da riqueza na Metrópole e seus arredores tende a ser agravado com as perspectivas de investimentos que já estão em curso e que acontecerão, principalmente aqueles decorrentes das expansões dos Grandes Projetos e, em particular, das excelentes perspectivas de crescimento que se desenharam para o setor de petróleo e gás.

O grande desafio está, então, em como fazer com que essa nova onda de crescimento que já está acontecendo possa ser levada também para o interior do Estado. E esse foi tomado como um grande desafio do projeto ES2025.

O que precisa ser feito, e pode ser feito para que a economia cresça, mas de forma mais distribuída? Como tornar as economias regionais e locais mais competitivas, numa perspectiva de um Espírito Santo mais competitivo? Quais projetos devem ser desenvolvidos?

Para isso é importante que sejam trabalhadas as condições necessárias, mas também as suficientes para um crescimento equilibrado.

Ter uma rede de cidades qualificada e disposta hierarquicamente nas suas

funções; dispor de uma boa rede de infra-estrutura que as conecte, por exemplo, são condições necessárias. Mas, além disso, devem ser pensadas e criadas as tais condições diferenciadoras, que têm a função de tornar os territórios produtivos – as regiões e locais – mais competitivos.

Aí entra o papel dos fatores da competitividade – da capacidade de inovação –, como a educação, a qualidade dos serviços locais – públicos e privados –; centros de desenvolvimento tecnológico e de design etc. Isso tudo deverá funcionar como suporte às atividades econômicas locais, principalmente aquelas dispostas em arranjos produtivos.

Nessa linha podem ser considerados como projetos de natureza estruturante: projeto Compete-ES, que trabalha a competitividade numa visão sistêmica e também micro-econômica, o Invest-ES, como incentivo, o Fundo de Desenvolvimento Regional, na qualificação das regiões.

Todos eles formam a base para o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais.

Orlando Caliman é economista

“... devem ser pensadas e criadas as tais condições diferenciadoras”